

O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores - Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

R\$ 5,00

nº 903 - de 8 a 23 de julho 2022

Ato Nacional pela Constituinte com Lula afirma:

"SÓ O POVO SALVA O POVO"



Bruno Halfeld

Sebastião Farinhada do Movimento Quilombola de Minas Gerais fala no ato Nacional pela Constituinte com Lula



Caio Bazilevski

Plenário do Ato Nacional

PARTIDO
Entrevista com
Renato Freitas

pág.4

NACIONAL
Quem deterá os
bolsonaristas?

pág.9

INTERNACIONAL
"Paro nacional"
suspense no Equador

pág.10

INTERNACIONAL
Governo espanhol
massacra imigrantes

pág.11

“Pela Constituinte, eu quero Lula lá!”

JRdoPT se anima para a luta na Plenária Nacional

Dezenas de jovens de 10 estados se reuniram em São Paulo no dia 2 de julho para debater a luta por uma saída para a situação de catástrofe que vive a juventude. O caos não é acidental, mas produto da política do governo e das instituições a serviço do capitalismo. Dizia a convocatória: “não dá mais, as coisas precisam mudar”!

Com esses não dá mais!

O debate se concentrou na luta por uma alternativa política frente a uma crise do sistema que não traz perspectivas. A cada dia, menos jovens acreditam que verdadeiras mudanças positivas venham dos poderes. Nas discussões aprofundou-se que a bandeira da Constituinte e a campanha de Lula podem se entranhar em cada lugar. Uma primeira conclusão é de que existe vontade de mudança, que se expressou nas mobilizações de 2021 e, também, na emissão de títulos de eleitor esse ano.

Pesquisas apontam que a rejeição a Bolsonaro é grande, e que se estende às instituições como o Congresso, à Justiça, às Forças Armadas e aos partidos políticos. A Constituinte é necessária para superar a ordem atual que empurra a juventude ao abismo.

“A gente merece mais que isso”

A falta de acesso à educação complementa a precarização do trabalho. A questão foi sentida na fala de Cárita Luísa, jovem de Rondonópolis, Mato Grosso: “Eu me sinto

pressionada estudando porque o vestibular é muito difícil, e quando procuro o que fazer para descontraír só tem bares e igrejas na cidade, nada novo e estimulante. A gente merece mais que isso”.

Henrique, artista do Gama, DF, reforçou: “Precisamos pautar o acesso da juventude à cultura e ao lazer nos bairros. Isso tem que estar na nossa luta. A cultura e a arte também são ferramentas importantes de mobilização”. Um futuro com educação, emprego, lazer e cultura é o que queremos com um novo governo e novas instituições.

Para reconstruir e transformar!

A ofensiva contra os direitos vem de antes. Para Gabriel Lima, estudante da UnB: “Desde 2017, com Temer, já avançava o EAD em cursos presenciais, que precariza o ensino e as condições de trabalho”.

A pandemia foi a desculpa para o ensino remoto que deixou a educação em frangalhos, e para os governos passarem a tesoura na verba. Bolsonaro alega a necessidade de cumprir o Teto de Gastos, aprovado em 2016.

Estudantes exigem a reversão dos cortes, como vimos em 9 de junho, apesar da mobilização banho-maria da UNE/UBES. É necessário revogar a Emenda Constitucional 95 para retomar o investimento, algo muito improvável no Congresso eleito pela força do dinheiro. A Constituinte também é necessária para avançar com medidas profundas, como a revogação



JRdoPT nas ruas do centro de São Paulo dia 2 de julho

da reforma trabalhista e a desmilitarização das PMs.

Eu tô com Lula, não abro mão, Constituinte pra mudar essa nação

A Plenária adotou uma resolução política (íntegra no site da JRdoPT www.juventuderevolucao.com.br), elegeu um novo Conselho Nacional e adotou por unanimidade uma moção de solidariedade ao vereador de Curitiba, Renato Freitas (PT), contra a injusta cassação do seu mandato.

Após finalizarem os trabalhos, os jovens seguiram em marcha pelas ruas de São Paulo até a Casa de Portugal, no bairro da Liberdade, onde participaram do ato nacional convocado

pelo Diálogo e Ação Petista (ver págs. 6 e 7). O apoio das ruas e a animação do plenário do ato foram contagiantes. Como disse um jovem da Baixada no RJ: “Arrepiamos tudo. Sensação muito boa. Os jovens têm que vir, tem que votar, tem que conhecer, tem que participar mais das coisas, do que tá acontecendo no mundo. É uma energia muito boa, papo reto. Eu tô com Lula, não abro mão, constituinte pra mudar essa nação”.

Na volta da plenária os núcleos da JR preparam atividades de prestação de contas para se armar e enfrentar os desafios à frente.

Katrina

Universidades cortam vagas de vestibular e bolsas

Cortes no orçamento prejudicam permanência dos estudantes

Com a política criminoso de Bolsonaro, diversas universidades já anunciaram que não sabem como fechar as contas até o fim do ano, a exemplo da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade de Brasília.

Isso ocorre porque o governo bloqueou mais uma vez o orçamento, inicialmente em 14,5%, que passou para 7,5%, jogando para o menor patamar da década, mesmo com número maior de alunos. Para isso, chantageia, dizendo que o corte seria para reajuste nos salários dos servidores, mas a verdade é que a tesourada foi por conta do teto de gastos (EC 95).

O retorno presencial exige medidas de adaptação nos gastos do orçamento discricionário (água, luz, segurança, limpeza, manutenção etc.) e na contratação de professores. O

valor repassado para as despesas discricionárias foi reduzido em quase 70% em comparação a 2015, quando eram destinados para investimentos e manutenção 15 bilhões de reais.

Essa política desastrosa gera impactos profundos na realidade dos Institutos Federais e Universidades Federais, que hoje tem um déficit de servidores. Faltam 3,7 mil professores e 7,2 mil técnicos. Com isso, aumenta a pressão para a redução do tamanho da oferta dos cursos nas universidades. É o caso da Federal do Oeste da Bahia que reduziu o número de vagas no vestibular por não ter professores suficientes para ofertar as disciplinas.

Assistência estudantil e pesquisa estão em risco

Além de prejudicar a manutenção das universidades, os cortes atingem

em cheio a permanência, pesquisa e extensão. A taxa de desemprego elevada nos jovens impõe a necessidade de políticas de permanência frente a um cenário de empobrecimento. Com o retorno presencial, mudou o perfil dos estudantes, mas permaneceu a política de ataques contra a Educação.

Bolsonaro cortou verbas e não reajustou adequadamente o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). E ainda faz falcaturas e roubo de dinheiro público, como veio à tona agora com a prisão do queridinho ex-ministro da educação e pastores.

A Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) publicaram notas informando que esses cortes atingem a continuidade de projetos de pesquisa e extensão.

É preciso reagir

No dia 9 de junho, a UNE, UBES e ANPG convocaram ato nacional contra os cortes no orçamento, mas o ato foi muito aquém do necessário. As direções das entidades terceirizaram a mobilização e não deram os meios de organizar a indignação latente que existe nos estudantes, sobretudo dos Institutos Federais.

É preciso se apoiar na disposição que existe na base que, aqui e acolá, busca organizar atos locais para recompor o orçamento da educação, reivindica a contratação de professores e mais Assistência Estudantil. A isso se soma a justa exigência de revogar a EC 95 e expulsar esse governo, elegendo outro que realize mudanças profundas no país. Tem que reagir e a hora é agora.

Victor Caíque

Menos de 90 dias...

Sim, faltam menos de 90 dias para as eleições que podem livrar o Brasil do governo Bolsonaro e colocar Lula na presidência da República, como indicam todas as pesquisas.

Entretanto, na história há dias que valem por meses e meses que valem por anos. Se olharmos o que ocorre no mundo, vemos uma guerra na Europa sem prazo para terminar, uma crise econômica aguda que já vinha de antes e só se complica com alta da inflação e anúncio de recessão.

Em toda a parte os trabalhadores e povos buscam o caminho da resistência contra ataques redobrados às suas condições de vida e ao fazê-lo provocam crises políticas em governos a serviço do capital, como se vê até no Reino Unido, com a renúncia de Bóris Johnson, e nos EUA, com a baixa popularidade de Biden.

O que, então, nos levaria a pensar que as próximas semanas e meses no Brasil serão "um passeio" rumo a uma vitória eleitoral anunciada? Só muita ingenuidade ou ignorância.

O aumento da miséria e da fome em nosso país é o mesmo que levou os indígenas do Equador a uma rebelião que parou o país por 18 dias contra a alta dos preços dos combustíveis e alimentos.

Bolsonaro não esconde suas intenções golpistas, seja no que planeja para 7 de setembro, seja diante de sua provável derrota eleitoral, e mesmo assim conta com o apoio da oposição no Senado, inclusive do PT, para aprovar a sua PEC de "auxílios" limitados a três meses (200 reais a mais no Auxílio Brasil, vales caminhoneiro e taxista), recebendo de graça um "estado de emergência" que no fechamento desta edição estava

ALGUÉM PODE DIZER QUE ESSES 90 DIAS SERÃO UM PASSEIO?

para ser aprovado também na Câmara dos Deputados.

Ora, porque o PT não levantou antes exigências de atendimento à situação do povo, até para denunciar a inoperância do governo? Incompreensível, assim como a falta de apetite de organizações sindicais e populares de ocuparem as ruas com mobilizações exigindo aumento de salários, tabelamento de preços,

encostando o governo na parede. "É que só faltam 90 dias" dirão alguns...

Em 2 de julho, mais de mil sindicalistas, militantes de movimentos populares, jovens, lotaram a Casa de Portugal em São Paulo atendendo ao chamado do Diálogo e Ação Petista para realizar um ato político pela Constituinte com Lula.

Um ato preparado com mobilização nos estados para enviar delegações, discussões na base sobre os desafios colocados para um governo encabeçado pelo PT para reconstruir e transformar o Brasil, dentre eles o de construir verdadeiras instituições democráticas que em 200 anos nunca existiram neste país.

Um participante desse ato disse "ganhei muita energia para a luta". Imagine-se a energia que seria liberada no seio do povo trabalhador se organizações poderosas, como o próprio PT ou a CUT, estivessem convocando-o a lutar, agora e já, para impor o atendimento emergencial de suas necessidades vitais. Isso sim impediria Bolsonaro de ganhar tempo para suas manobras golpistas e asseguraria uma vitória eleitoral que abrisse as portas para as mudanças necessárias.

O DAP, reforçado pelo ato Constituinte com Lula, seguirá ocupando o seu lugar nesse combate.

Junte-se a nós!

NOTAS

3 escolas estaduais de MG vão para iniciativa privada

Um projeto do governo de Minas (Romeu Zema, do Novo) que entra em aplicação no 2º semestre irá passar 3 escolas estaduais de BH e Sabará para serem administradas pela iniciativa privada.

As escolas estaduais Maria Andrade Resende e Francisco Menezes Filho de BH e a escola Castelo Adelino Branco de Sabará são o algo da terceirização.

A Organização Social que quer administrar a escola irá contratar profissionais e pretende "adequar o conteúdo previsto". Ou seja, tirar direitos dos profissionais da educação e rebaixar a qualidade do ensino.

Se não bastasse isso, a OS irá embolsar nesses contratos o pagamento de R\$ 4.927,35, em média por cada estudante.

Em SP também?

Na Câmara Municipal de São Paulo, um projeto das vereadoras Cris Monteiro (Novo), Sandra Santana (PSDB) propõe "seguir o exemplo" de MG e passar a gestão das escolas municipais para a iniciativa privada. Este modelo já é aplicado na cidade na administração das creches na cidade. O projeto determina, nada menos que: "organizações

sociais também terão autonomia para montar e gerir o time de professores, diretores, vice-diretores e secretário escolar".

Enquanto isso, faltam professores no Ensino Médio

O famigerado "novo ensino médio", na verdade uma contra-reforma educacional feita pelo golpista Temer em 2017, tem quase 1 em cada 5 aulas sem professores no estado de São Paulo.

Um estudo feito pela Rede Escola Pública e Universidade (Repu) com dados da Secretaria da Educação de SP mostra que até 8 de abril, 22,1% das aulas dos itinerários formativos do Ensino Médio não tinham nenhum professor atribuído. A solução do governo? Exibir em TVs nas salas de aula conteúdos gravados pelo Centro de Mídias. Ou seja, inventaram a aula à distância presencial!

As alterações no currículo escolar com o "novo ensino médio" está prejudicando especialmente os alunos da periferia. O estudo da Repu mostra que 37% das escolas estaduais oferecem apenas dois itinerários formativos aos alunos, que é o mínimo exigido pela lei. A maior parte dessas escolas está na periferia das grandes cidades.

Memória

100 MIL EM ISRAEL EM DEFESA DOS PALESTINOS

Achacina do povo palestino prossegue no Líbano, com o total apoio do imperialismo. Cerca de 600 mil pessoas estão cercadas por tropas israelenses em Beirute, junto com seis mil militantes da Organização pela Libertação da Palestina (OLP). As tropas estão impedindo a entrada de medicamentos, roupas, água e alimentos no setor sitiado. (...) Ao mesmo tempo, no mundo inteiro crescem manifestações de apoio ao povo palestino (...). Mas foi dentro do próprio Estado de Israel que a chacina promovida pelo imperialismo sofreu o maior repúdio. Mais de cem mil pessoas se concentraram em Tel Aviv (uma das maiores cidades do país), no dia 3 de julho, exigindo a renúncia imediata do ministro da Defesa Ariel Sharon.

O Trabalho nº 159 - 7/7/1982



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Diagramação: Paulo Henrique

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Lançamento de Betão reúne mais de 450 apoiadores em Juiz de Fora

Pré candidato, Betão já é deputado estadual pelo PT mineiro

Em 28 de junho aconteceu em Juiz de Fora (JF), Minas Gerais, a plenária de lançamento da pré candidatura do Deputado Estadual Betão, professor e membro do DAP. Eleito em 2018 com 35.455 votos, Betão agora busca a reeleição. Mais de 450 companheiras e companheiros, da cidade e da região da zona da mata mineira, estiveram presentes. Na mesa, diversos pré candidatos a deputado federal do PT, as prefeitas petistas Margarida Salomão (JF) e Elenice Delgado (Lima Duarte), além de representantes de vereadores, entidades sindicais, do movimento negro, comunidades de bairro, da agricultura familiar e do Movimento Sem Terra.

Ao falar, Betão colocou seu mandato e sua candidatura à disposição dos interesses da classe trabalhadora

e da nação, na luta contra Bolsonaro e o imperialismo, e defendeu a necessidade de organizar a luta contra a política do governador Zema, que tenta impor o Regime de Recuperação Fiscal para privatizar empresas públicas como a Cemig (energia elétrica) e a Copasa (saneamento básico), desmontar o serviço público no estado e beneficiar os interesses das mineradoras, responsáveis pelos crimes de Brumadinho e Mariana.

Em âmbito nacional defendeu a necessidade de uma Constituinte com Lula para revogar as contrarreformas trabalhistas e da previdência, todas as medidas antipopulares impostas desde o golpe contra Dilma, e abrir caminho para reestatizar o que foi privatizado, como a Vale e a Eletrobrás.

Juanito Vieira



Lançamento de Betão reúne centenas de pessoas

Renato Freitas: “Ao contrário dos que torciam pela vitória do fracasso, estamos de volta”

No fechamento desta edição, o vereador Renato Freitas, do PT, reassumia seu lugar na Câmara de Curitiba. No dia 5 de julho, ele conquistou uma liminar no Tribunal de Justiça do Paraná, a qual anulou a sessão de 22 de junho que havia cassado seu mandato.

Renato, jovem negro e periférico, enfrenta uma perseguição política, em um processo desproporcional e recheado de irregularidades. E a Câmara já anunciou: o julgamento será retomado em agosto. Apesar disso, Renato comemorou a vitória parcial em suas redes sociais, citando a banda de Reggae brasileira Natiruts: “ao contrário dos que torciam pela vitória do fracasso, estamos de volta, ao contrário dos julgamentos infelizes e hipócritas, estamos de volta!”.

O Trabalho conversou com ele em 2 de julho, antes da liminar, após sua participação no Ato Nacional “Constituinte com Lula”

OT – Quais são os elementos que nos permitem afirmar que essa cassação é, na verdade, uma perseguição política?

Primeiro, a quebra do princípio da isonomia: tratamentos iguais a pessoas iguais. Eu sou vereador como qualquer outro vereador. E nós temos outros vereadores que responderam por corrupção ativa e passiva, por desvio de R\$ 38 milhões, por assédio sexual... Por exemplo, o caso da

vereadora Katia dos Animais, que foi condenada a 41 anos de prisão, saiu algemada da Câmara, mas o Comitê de Ética decidiu suspender suas prerrogativas, não achou que cassação seria a medida adequada. Nunca na história centenária da Câmara, houve uma cassação. Comigo teve, pela primeira vez.

Segundo, o áudio que vazou do vereador Marcio Barros, que fazia parte da Comissão de Ética, e estava conspirando com outros vereadores que também seriam julgadores do meu caso. Terceiro, a pressa, o acodamento. Não respeitaram nem o prazo de 24 horas entre a intimação e a sessão de julgamento, uma garantia mínima no direito brasileiro.

E há outros elementos. Por exemplo, quando a Guarda Civil me deu um tiro na mão e outro nas costas, antes de eu chegar ao hospital, o prefeito Rafael Greca (DEM) já havia declarado que confiava na Guarda, ou seja, declarou uma guerra contra mim. Ele controla 2/3 dos vereadores da Câmara.

Você falou da Guarda Civil de Curitiba, que já havia te detido duas vezes, e agora esse processo na Câmara. Qual o motivo que você enxerga para isso?

Eu venho das ruazinhas de terra, das ocupações irregulares, minha mãe é uma empregada doméstica, eu não tive o convívio com o meu pai, o

contato que eu tive com o Estado, não foi com o Estado romântico, ou com a projeção que ele faz de si mesmo em forma de propaganda. Quando eu tive contato com a polícia, foi a polícia matando no bairro onde eu morava, agredindo, humilhando, ameaçando. Da mesma forma eu conheço o transporte, a saúde por esse prisma. O Malcom X tem uma frase que diz: “a criação mais perigosa em qualquer sociedade é uma pessoa sem nada a perder”.

Houve, no PT, uma insuficiência no combate para defender o seu mandato. Como que você enxerga isso?

As ovelhas egoístas, ignorantes, acreditam que quando o lobo vier, voraz, faminto, ele se contentará com apenas uma das ovelhas. E aquelas outras que assim pensam, que sacrificam a mais fraca (segundo a avaliação delas) estarão a salvo, que ele terá saciado sua fome. Mas o lobo voltará, sua voracidade é sem limites. É da natureza do lobo devorar as ovelhas uma por uma.

A atitude covarde, lamentável, da direção do PT Paraná, foi nessa crença. Que sacrificando a mim, jovem negro e periférico, para o capital, para a elite curitibana, trariam uma satisfação para eles a ponto de deixarem o PT funcionar normalmente nesse período eleitoral. Obviamente ocorre o oposto. Se eu cair, abre uma brecha



Renato Freitas em sua fala no Ato Nacional pela Constituinte com Lula

para que outros como nós caiam.

Mas muitos e importantes companheiros como do Diálogo e Ação Petista, O Trabalho, Articulação de Esquerda e outros agrupamentos políticos dentro do PT compraram essa briga desde o primeiro momento, é importante que se diga. E, principalmente, quem me salvou de fato foi a base do Partido dos Trabalhadores, formada pelas “tiazinha”, pelos “tiozinho”. Essa galera, que conta só como garrafa na hora da eleição para essa direção, se mostrou mais do que número, se mostrou vida. E uma vida política potente, a ponto de consolidar e salvaguardar nosso mandato.

Greve vitoriosa em Florianópolis

Trabalhadores do município arrancam reposição da inflação

Depois de 7 dias os trabalhadores da prefeitura de Florianópolis encerraram uma vitoriosa greve, que conquistou uma proposta de reposição de inflação de 11% nos salários e vale alimentação (a prefeitura nas negociações ofereceu 3%) recomposição salarial de 300 reais no cargo de auxiliar de sala, concurso na saúde até o final do ano com a manutenção dos trabalhadores temporários na composição de equipes até a

convocação dos aprovados e concurso de remoção para efetivos nas creches novas.

Além disso, a prefeitura assumiu o compromisso de não enviar nenhum projeto de lei que altere o atual plano de carreira do magistério e concordou com a formação de uma comissão com os trabalhadores para descompactar a tabela do magistério.

Nessa proposta, havia um reajuste acima da inflação no

vale-alimentação/vale-lanche – mas também uma ameaça grave ao plano de carreira do Magistério, com o envio de uma nova lei que, na prática, rasgaria os patamares de diferenças entre as posições da tabela (classes, referências e diferenças de titulação).

Para os agentes comunitários de saúde (ACS) e de combate a endemias (ACE) fica estabelecido o pagamento do novo piso – ainda que a prefeitura insista em atrelar isso ao

repasso de verbas do governo federal.

As punições de descontos de dias e multas ao sindicato, foram todas retiradas na proposta acordada e votada pela categoria.

Nossa greve provou, mais uma vez, que a luta é a principal arma da classe trabalhadora para conquistar e manter seus direitos.

Renê Munaro

Justiça para Bruno, Dom e Maxciel

Mobilização dos servidores da Funai pede saída imediata de Marcelo Xavier

Em 5 de junho, os trabalhadores da Funai foram surpreendidos com a notícia do desaparecimento do indígena Bruno Pereira e do jornalista Dom Philips, no Vale do Javari. Dias depois, tiveram que chorar a sua morte.

Desde então, uma intensa agenda de mobilização exige investigação para identificar a cadeia de crime organi-

zado que atua na região, fronteira com Peru e Colômbia, onde habita a maior concentração de Povos Indígenas isolados no mundo.

O movimento quer abrir negociações diretamente com o Ministério da Justiça para discutir, entre outros



pontos, medidas concretas de fortalecimento institucional da Funai, sobretudo para garantir a segurança dos trabalhadores da instituição e das lideranças indígenas no Vale do Javari.

Em 23 de junho, dia nacional de

greve, os servidores, apoiados por organizações indígenas, entidades sindicais, movimentos sociais e instituições parceiras, promoveram atos em 40 cidades do país. A data ficou marcada com o grito por justiça para Bruno, Dom e Maxciel (servidor assassinado no Javari, em 2019), e para todas as lideranças indígenas, ambientalistas e defen-

sores de direitos humanos que tomaram em defesa da Amazônia.

A mobilização encontrou eco em decisões judiciais e articulações parlamentares que contemplam as pautas do movimento grevista. Até o momento, contudo, o Governo

não adotou nenhuma medida para garantir a segurança de moradores e indigenistas do Vale do Javari, que continuam recebendo ameaças de desmatadores, garimpeiros, traficantes e outros invasores.

A relatora da Comissão Externa da Câmara que, acompanhada de representantes sindicais, visitou o Vale do Javari, deputada Vivi Reis (Psol/PA), protocolou requerimento ao Ministério da Justiça e Segurança Pública pedindo o imediato afastamento do presidente da Funai, Marcelo Xavier.

Conforme ela afirma, “passado um mês da tragédia, a Funai não abriu um único inquérito administrativo para acompanhar a questão, e não tomou qualquer medida efetiva para garantir a proteção de seus servidores”.

Mariana Machado

Recuperar a CUT para a luta de classe

Carta Aberta por uma CUT de volta à luta sindical

“A classe trabalhadora e suas organizações sindicais no Brasil vêm sofrendo ataques incessantes desde a “reforma trabalhista” de Temer e durante todo o governo Bolsonaro, a serviço dos patrões e seus lucros”, assim inicia uma Carta Aberta que começa a circular no movimento sindical, pois a situação é dramática para a classe trabalhadora e o movimento sindical está aquém do que necessita para fazer esse enfrentamento.

É preciso colocar no centro: revogação da reforma trabalhista de Temer, revogação da reforma previdenciária de Bolsonaro, não às privatizações das estatais e serviços públicos, fim do teto de gastos imposto pela EC 95, aumento emergencial de salários no combate à fome e à inflação, tabelamento dos preços dos itens da cesta básica.

“Ataques que exigiriam uma atuação intensa dos sindicatos junto às suas bases e que as centrais sindicais, em particular a CUT, cumprissem o papel de centralização das lutas de resistência que existem, de modo a unir os distintos setores numa luta conjunta contra os patrões e o governo Bolsonaro, que empurrou 33 milhões de brasileiros e brasileiras à fome, enquanto o agronegócio bate recordes de lucros. Entretanto, os fracos atos de 1º de Maio deste ano mostraram a fragilidade do movimento sindical brasileiro para enfrentar essa situação”.

Mas isso se dá porque, em especial a CUT, não coloca em prática o que foi decidido na Plenária nacional de 2021. “A CUT decidiu colocar no centro de sua plataforma a revogação das reformas trabalhista de Temer e

previdenciária de Bolsonaro. Mas em abril deste ano, o arremedo de “CONCLAT” do Fórum das Centrais (500 participantes via internet), adotou não a revogação, mas a “revisão” da reforma trabalhista, que para dirigentes da UGT e da Força Sindical, dependeria de um “acordo tripartite” com os patrões e o novo governo a ser eleito. E a CUT, principal central sindical, acaba prisioneira desses acordos e não joga o papel que poderia e deveria jogar na mobilização de suas bases na luta pelas reivindicações imediatas e inadiáveis de nossa classe”.

Temos claro a necessidade e importância para o país de se livrar o quanto antes de Bolsonaro e a importância de eleger Lula presidente em outubro, para reconstruir e transformar o Brasil, pois isso vai

abrir o caminho para reconquistar cada direito retirado desde o golpe contra Dilma, mas isso não pode significar que os sindicatos abandonem a luta do dia a dia para ser apenas “cabos eleitorais” nas chamadas brigadas digitais ou comitês de luta. É preciso a ação sindical para desde já forjar essa vitória.

A Carta Aberta tem esse objetivo, pois o que está em jogo é o futuro da CUT e das organizações sindicais. “Organizemos em conjunto reuniões e plenárias de sindicalistas nos estados desde já, apontando para uma reunião nacional no 2º semestre para construir uma força capaz de reverter a paralisia na luta de classe direta pelas reivindicações que estamos atravessando no movimento sindical brasileiro”.

João B. Gomes

ATO NACIONAL PELA "CONSTITUINTE"

Mais de mil pessoas se reuniram em São Paulo no dia 2 de julho, na Casa de Portugal, num ato que debateu a necessidade de um programa de emergência e uma Constituinte com a eleição de Lula para presidente.

Embora o ato estivesse marcado para as 15 horas, desde as 7h da manhã delegações de diversos estados começaram a chegar com ônibus vindos da Bahia, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina e Distrito Federal. Havia ainda delegações expressivas de Pernambuco, Ceará, Alagoas, Rio Grande do Sul, e outros estados, todos representando um esforço coletivo de arrecadação independente.

A mobilização para chegar em SP envolveu a realização de festas, almoços, venda de camisetas, faixas e bottons, e até balaios de colheita de café, como foi o caso dos rurais de Minas Gerais. Também houve venda de rifas, listas de ouro, amendoins, balas e cafezinho, no melhor estilo das origens do PT, honrando o lema do DAP: agir como o PT agia.

Logo depois do almoço, o plenário começou a lotar. Ainda antes da instalação da mesa, duas delegações emocionaram os presentes. Primeiro foi a Juventude Revolução do PT. Mais de 100 jovens de várias partes do país eletrizaram o plenário cantando "eu tô com Lula,

não abro mão, constituinte pra mudar essa nação".

Na sequência foi a vez de cerca de 200 companheiros adentrarem o local com seu grito de guerra "Douglas Rodrigues/Vila Maria!" em referência à maior ocupação urbana da capital paulista, que abriga cerca de 2 mil famílias e que recebeu este nome em homenagem ao jovem assassinado pela PM, na zona norte paulistana.

Uma expressiva delegação de estrangeiros, principalmente bolivianos, também estava presente reivindicando o direito ao voto.

Proposto pelo Diálogo e Ação Petista o ato ganhou a adesão de militantes, sindicatos, parlamentares, pré candidatos, e diversas organizações, o que resultou num plenário cheio e numa mesa ampla, instalada e dirigida pelo companheiro **Luiz Eduardo Greenhalgh**, fundador do PT e membro da Direção do partido e pela companheira **Misa Boito**, da executiva estadual do PT, ambos do comitê nacional do DAP.

Na mesa vários dirigentes e personalidades de destaque, como **Douglas Belchior**, da Coalizão Negra por direitos que ao encerrar, sua fala foi saudado pelo plenário que gritava "não acabou, tem que acabar, eu quero o fim da polícia militar", em referência à luta

pela desmilitarização da PM. Também estavam presentes o bispo emérito da Igreja Anglicana, **Flavio Irala**; o perseguido político na Ação Penal 470, **Henrique Pizzolato**, o jornalista **Paulo Moreira Leite**; **Djalma Bom**, ex dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC; **Jaques Bitty**, Dirigente da federação dos trabalhadores dos correios; **Eric Vermelho**, dirigente do Movimento do Povo RJ; **Valter Pomar**, da direção do PT e da tendência Articulação de Esquerda; **Farinhada**, do movimento dos quilombolas de Minas Gerais, **Marcelo Mendes**, da direção do sindicato dos metalúrgicos de Osasco e região, o deputado estadual do PT mineiro, **Betão**; **Sérgio Ronaldo**, da Confederação Nacional dos Servidores públicos federais; **Adriano Diogo**, ex deputado e ex secretário de direitos humanos do PT; **Everaldo Andrade**, do DAP Docentes; **Nilda Dias** da Ocupação Douglas Rodrigues, **Salete Campari**, Militante LGBTQI+; **Cegê**, Dirigente da Central dos Movimentos Populares, **Eduardo Suplicy**, vereador da capital; **Professora Bebel**, deputada estadual do PT São Paulo, **Victor Caique**, Diretor da UNE e da JR do PT, além de vários outros.

Rui Falcão, ex presidente do PT, que não pôde comparecer enviou uma



Plenária do Ato na Casa de Portugal

mensagem de saudação e acordo com a luta pela Constituinte.

Ao final, um compromisso foi proposto pela Mesa e aclamado pelos presentes para prosseguir a luta, levando a discussão a todo movimento operário, popular e da juventude, em cada canto deste país como forma de mobilizar o povo para derrotar Bolsonaro e seus generais e eleger Lula para transformar este país.

COMPROMISSO DE 2 DE JULHO (TRECHOS)

A situação do povo brasileiro é muito grave. Em três meses, teremos eleições nacionais(...)

Hoje, tudo pode ser resumido à constatação de que 33 milhões de cidadãos do povo passam fome. Campeia a violência, como nas chacinas e no assassinato de Bruno Pereira e Dom Phillips. O Brasil foi esbulhado e bestificado(...)

Contudo, apesar das dificuldades e das ameaças golpistas, as forças populares hoje avançam para a vitória eleitoral de Lula em outubro.

Mas não podemos ficar alheios ao absurdo estado de coisas no qual o inominável colocou o país.

O que reserva o futuro ao Brasil e aos brasileiros?

Como deve se comportar o PT e a sua aguerrida militância na campanha eleitoral? E depois, no governo Lula?

(...) Nós, do Diálogo e Ação Petista, consideramos que deve-

mos lutar desde hoje pela reconstrução do país, mas também, e principalmente, pela sua transformação, com medidas de emergência e outras estruturais:

- ★ Aumento geral dos salários
- ★ Tabelação dos preços da cesta básica
- ★ Despejo Zero
- ★ Recomposição das verbas e revitalização dos órgãos da Educação, Saúde, Cultura e Meio Ambiente
- ★ Revogação do teto de gastos
- ★ Revogação da reforma da Previdência
- ★ Revogação da reforma trabalhista
- ★ Revogação da reforma do ensino

médio

- ★ Reestatização da Eletrobrás
- ★ Volta do monopólio da Petrobrás
- ★ Reforma urbana, moradias populares, transporte público e saneamento público estatais
- ★ Demarcação das terras indígenas sem restrição
- ★ Titulação dos quilombos urbanos e rurais
- ★ Reforma agrária com financiamento, assistência e distribuição
- ★ Desmilitarização das PMs; Fim da tutela militar (artigo 142)
- ★ Direito à Autodeterminação dos Povos; Não à guerra na Ucrânia

(...) Uma vez Lula eleito, um processo constituinte deve ser aberto pelo governo, juntamente com as suas forças de apoio democráticas e populares.

O Brasil é hoje um país desorganizado. A Constituição de 1988 foi, desde então, emendada 120 vezes e adulterada. Está desfigurada e inviabilizada.

(...) O país não pode mais conviver com essa balbúrdia institucional. O Poder Judiciário legisla sobre tudo. O Poder Legislativo o faz em causa própria, vide o "orçamento secreto" negociado pela família aboletada no Planalto, e que se projeta, inclusive, para o próximo governo. Os ministérios sociais, de cujos programas o povo precisa para viver com um mínimo de dignidade, estão esmagados. Por fim, acima de todos, o conjunto é tutelado pelos generais, brigadeiros e almirantes.

A instabilidade atual afronta a soberania popular, e só favorece os golpistas, saudosos da tirania militar.

Por isso, o povo brasileiro – não só o próximo governo Lula – vai precisar de um novo contrato social, materializado numa Assembleia Constituinte Soberana, livre e democrática.

Que fique claro: não propomos dar poderes constituintes ao congresso a ser eleito em outubro, mas, sim, a uma assembleia originária, soberana, depositária do poder que emana do povo, exclusivamente eleita, unicameral, proporcional, com voto em lista e financiamento público exclusivo, além de cota indígena.

Portanto, é um debate a fazer com a sociedade. Se não, é o quê? Reverter uma a uma 120 emendas com 3/5 dos votos, neste Congresso? Não haverá milagres, não há outro caminho: a Constituinte Soberana é necessária. Só o povo salva o povo.

(...) nós aqui reunidos, vindos dos diferentes quadrantes deste grande país, nos dirigimos a todos aqueles que em suas vilas, fábricas, comunidades e nas escolas se dispõem a lutar para reconstruir e transformar o Brasil.

Nós nos dirigimos às companheiras e companheiros do PT e dos partidos democráticos e populares, a seus candidatos e aos comitês, à CUT e às centrais sindicais, aos sindicatos, movimentos e entidades, da juventude, do campo e da cidade, para abrir um debate sobre como avançar com este "Compromisso".

Façam-nos chegar as suas conclusões. Vamos Juntos!

Pela vitória de Lula!

Pela Assembleia Constituinte Soberana com Lula!

2 de julho de 2022



Durante a manhã do dia 2, o DAP realizou um Encontro Nacional que contou com a presença de 86 delegados de 13 estados: SP, PE, MG, SC, DF, PR, PB, CE, RJ, AL, BA, MT e GO. O Encontro teve como principais pontos a leitura, discussão e aprovação do Compromisso que seria lido no ato e a aprovação do novo Comitê Nacional.

COM LULA REÚNE MAIS DE MIL EM SP



UM DEBATE VIVO!

Ao longo de todo o ato foram diversas intervenções de diferentes companheiros e companheiras comprometidos com essa luta. Confira trechos de algumas:

Markus Sokol

► *Membro da executiva nacional do PT e do comitê nacional do DAP*

“Nós viemos acumulando nos últimos anos exploração, opressão e ataques (...) e hoje nós podemos ver que essa resistência, às vezes surda, leva o companheiro Lula ao favoritismo já há praticamente um ano no cenário para as eleições daqui a 3 meses. Mas o Bolsonaro não está morto. Ele essa semana, fez votar no Senado mais uma Emenda Constitucional, dessa vez a pretexto de benefícios, que nós sabemos paliativos, precários e temporários, instaurando até o final do ano um Estado de Emergência no país. Para fazê-lo ele atropelou três leis, não nossas, leis deles. A lei eleitoral, o teto de gastos e a LRF (...) O fato é que se instala ou se amplia a bagunça institucional no país. E todo mundo deve se perguntar. Se ele decreta emergência para isso hoje, o que mais amanhã ele não vai conseguir através do centrão? (...). O que eu sei e isso eu reconheço, nós o povo vivemos uma emergência. A nação vive uma emergência. E só uma Assembleia Constituinte Soberana com o novo governo Lula pode tirar o país dessa emergência (...).”

Jandyra Uehara

► *Dirigente licenciada da CUT Nacional, da Articulação de Esquerda.*

“O que aconteceu com os aspectos positivos da Constituição de 88 nesses anos que se passaram? Mais de 217 PECs, das quais apenas 16 foram favoráveis ao povo, entre as quais a PEC das domésticas, um grande avanço mas que foi anulada pela reforma trabalhista.

Para fazer reformas estruturais, para que a gente possa ter política pública permanente, para que a gente possa aprofundar as liberdades democráticas, para que a gente possa ter reforma no judiciário (...) Precisamos desde já que a campanha eleitoral seja uma campanha de organização do povo (...) para que juntos a gente consiga (...) estabelecer um processo Constituinte. Viva a classe trabalhadora, viva Lula, Viva uma Constituinte Soberana!”

Ricardo Cebrim

► *Dirigente da Consulta Popular*

“Uma constituinte com Dilma poderia ter evitado aquele golpe, naquelas circunstâncias (...). Agora vivemos um momento muito difícil, mas com esperança. Estamos vivendo este governo (...) que escandalosamente está apregoando um golpe. É fundamental e decisivo eleger Lula, e isso passa sim por uma campanha combativa (...). A bandeira da Constituinte é fundamental, porque para as classes trabalhadoras, a Constituinte é o caminho da luta pelo poder (...) E esta bandeira precisa ser construída e propagandeada nas vanguardas dos lutadores. Hoje a situação é difícil, mas viveremos condições melhores e por isso essa luta deve ser construída desde hoje”.

Vicentinho

► *Deputado federal, ex presidente da CUT*

“Quero dizer meus companheiros que a luta pela Constituinte com Lula começa aqui, nesse encontro nacional, vamos fazer multiplicar essa ideia, porque nós queremos fortalecer o Estado democrático de direito. Nós não queremos mais ouvir falar em assassinatos, como o do Bruno, como o Dom Philips e de tantos outros irmão indígenas, quilombolas e trabalhadores ribeirinhos. Nós queremos uma reforma agrária pra valer (...). Nós queremos 40 horas semanais, para ajudar a gerar emprego e trazer dignidade para a classe trabalhadora e política de geração de empregos, nós queremos muito mais que vai surgindo no debate popular (...) E se nesse parlamento não tiver operários, mulheres, negros comprometidos com a classe trabalhadora, a gente não vai avançar na constituinte que a gente quer. O Lula vai ficar engessado no programa de governo (...) à luta pessoal!”

Juliana Salles

► *Dirigente do Sindicato dos Médicos de São Paulo*

É lindo ver a quantidade de reivindicações, pautas e movimentos aqui. Isso ressalta a necessidade de dar voz ao povo! (...) Na constituição de 88 o setor da saúde teve uma ampliação de direitos e a garantia de que todo brasileiro teria direito ao acesso a saúde, mas teve também a brecha que abria por setor privado. Essa brechinha se enraizou, se abriu e hoje a gente vê a saúde entregue às privatizações, às terceirizações e sofremos as consequências disso (...) Diversas emendas feitas na Constituição contribuíram para o desmantelamento da saúde, da seguridade social. (...) É importante (...) reverter essa destruição, revogar a emenda constitucional 95 do teto de gastos (...). Precisamos recuperar a CUT para a luta sindical, para essas pautas, para reconstruir e transformar este país”.

Alessandro Soares

► *Professor de direito constitucional da Mackenzie*

“O espírito constituinte está aqui nessa sala, está nessa mesa. E agora precisa ganhar as ruas. A constituição de 88 foi além daquilo que a classe dominante desejava. Ela é insuportável para a classe dominante nos direitos que estabeleceu. (...) Mas ao mesmo tempo ela é insuficiente para garantir os nossos direitos. Por isso uma Constituinte é mais do que necessária. Precisamos de uma constituinte soberana. (...) isso não é só escrever uma nova constituição, mas é também o dever de já alterar os poderes constituídos como, por exemplo, enviar (para a caserna) os militares que estão ocupando posições de poder político neste país.”

Júlio Turra

► *Membro do Cili e comitê nacional do DAP*

“(...)As atuais instituições políticas estão apodrecidas. No Brasil quem legisla não é o legislativo, mas o judiciário (...). Quem elegeu o STF? Que controle temos sobre os capa pretas do judiciário?”

No legislativo o centrão tem maioria, não por acaso, mas porque as regras eleitorais privilegiam os coronéis. É por isso que o congresso tem 150 fazendeiros, 300 empresários. O executivo tem

esse ex capitão expulso do exército.

E nós não queremos o Lula engessado (...) precisamos transformar este Brasil.”

Renato Freitas

► *Vereador do PT ameaçado de cassação em Curitiba*

“(...)Sejamos realistas, exijamos o impossível”. Em tempos de desordem sangrenta e em tempos que é necessário dizer o óbvio, como dizia o poeta, falar da Constituinte e das mudanças necessárias para que a nossa democracia deixe de ser essa aparência, essa democracia frágil. Quando questionamos a raiz dos seus problemas normalmente está no dinheiro, no loteamento de cargos, no tráfico de influência, nos falsos pastores com propina na Bíblia (...) Quando nos rebelamos e dizemos não, como eu ousei dizer em Curitiba as forças reacionárias elaboram planos odiosos para eliminar a nossa voz (...).”

José Cenoíno

► *Ex presidente do PT e ex deputado Constituinte*

“Nós não estamos discutindo qualquer coisa, estamos discutindo o poder de instituir transformação, mudanças, refundações e reconstituição do país. Nós estamos discutindo qual é o pacto de poder que a soberania popular vai ditar para realizar as suas transformações. (...) O pacto político de 1988 foi rompido pelo golpe de 2016. Em 88, que foi um empate e uma medição de forças, não tocou nas questões centrais do Estado Brasileiro: relações de propriedade, tutela militar, poder judiciário, sistema de comunicação e tortura como crimes imprescritível (...). Ao romper este pacto eles começaram no teto de gastos e terminaram no Estado de Emergência. Essa é a raiz da disputa política pelo poder no Brasil e não podemos fazer a disputa por dentro dessa ordem, precisamos romper com ela, trabalhar por dentro e por fora. (...)”

Douglas Belchior

► *Dirigente da Coalizão Negra por Direitos*

“Nós temos que discutir o Brasil numa Constituinte. Discutir o Brasil é discutir a presença afro-indígena e o quanto essa presença constrói a nossa riqueza e tem que ocupar os espaços de poder na mesma proporção



Mesa do Ato do dia 2 de julho

A cada 17 minutos, uma menina de até 13 anos é estuprada

Casos recentes reacendem defesa do direito ao aborto

O debate sobre o direito ao aborto está em pauta – queiram ou não os “aliados” que buscaram impedir Lula de fazê-lo por estarmos em ano eleitoral. E está em pauta, enfrentando as tentativas de silenciá-lo, porque a realidade se impõe.

O caso da menina de 11 anos que havia sido impedida de realizar o aborto legal trouxe novamente à luz uma triste realidade: a falta de acesso ao procedimento seguro atinge e põe em risco crianças, em grande parte. Isso porque os números a respeito de estupros contra meninas são aterradores: 30.553 meninas de até 13 anos foram estupradas em 2021. O que significa que, a cada 17 minutos, uma garota nessa faixa etária sofreu violência sexual. No total, foram 66.020 casos de estupro, dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Essas meninas, caso busquem a Justiça, podem ter seu direito negado: em junho, um juiz absolveu um homem de uma acusação de estupro de vulnerável contra uma adolescente de 13 anos com a justificativa de que o porte físico da vítima poderia indicar uma “idade mais avançada”. E caso busquem o aborto legal, podem ter

seu direito negado, tanto pela falta de oferta do procedimento no SUS, como pela ação de agentes da saúde e do judiciário. No caso de Santa Catarina, além de ter sido impedida e penalizada por semanas, a menina agora vê a promotora abrir inquérito sobre a “causa que levou à morte do feto”.

Ofensiva contra meninas e mulheres

Os obstáculos, no governo Bolsonaro, são reforçados institucionalmente. O Ministério da Saúde publicou, também em junho, uma absurda cartilha destinada a profissionais e serviços de saúde que acumula informações falsas tanto sobre a legislação brasileira como quanto às evidências científicas. Alega, por exemplo, que “o aborto inseguro não é problema de saúde pública”. Mas, segundo a Comissão Arns, “em 2020, foram realizados no país 155.139 procedimentos de curetagem pós-abortamento e 15.090 procedimentos de esvaziamento de útero por aspiração, ambos empregados em casos de aborto prévio inseguro”.

Mais grave, a cartilha afirma mentirosamente que “todo aborto é

crime”, mas que após uma investigação policial pode deixar de ser punido nos casos previstos. “Investiguem a vítima!”, diz, coerentemente, o governo que reduz as verbas para políticas de combate a violência contra a mulher.

Ao mesmo tempo, enquanto o governo Bolsonaro diz “defender a vida” ao atacar o aborto, desmontou a Rede Cegonha, de assistência ao pré-natal, parto e puerpério.

Urge defender o direito ao aborto, sem “poréns”

Está claro que, para bolsonaristas e outros setores conservadores e

machistas, o aborto deve ser impedido em qualquer ocasião. O necessário combate para garantir os poucos casos em que a legislação autoriza o procedimento, poucas vezes cumprida, não nos desvia do objetivo central: lutar pela legalização irrestrita do direito ao aborto, realizado de forma segura e gratuita, com acolhimento e acompanhamento. Mulheres abortam, seja crime ou não, e para cada uma dessas mulheres existe uma razão séria o suficiente. Esta é (sim) uma questão de saúde pública, de justiça social, de laicidade do Estado e de direito básico para as meninas e mulheres.

Priscilla Chandretti



SUPREMA CORTE DOS EUA DERRUBA DIREITO AO ABORTO

Roe v. Wade é uma decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos, que desde 1973, tornou o aborto um direito constitucional. Em uma dezena de estados, as leis que proíbem o aborto já foram votadas, mas eram inaplicáveis por causa dessa jurisprudência: agora, da noite para o dia, entraram em vigor. Enquanto 26 estados já estão prontos para proibir o aborto, 11 permanecem garantindo o direito, o que leva a preocupação de que mulheres que desejem interromper a gravidez tenham que se submeter a viagens interestaduais, em condições precárias, para conseguir realizar o procedimento.

Manifestações contra essa decisão ocorreram nas ruas dos EUA demonstrando a insatisfação das mulheres americanas com esse retrocesso.

PEC do Desespero e o golpe de Bolsonaro

Manobra grosseira do governo foi acompanhada pela oposição no Senado

O Projeto de Emenda Constitucional (PEC-1/2022) “do Desespero”, uma escandalosa manobra eleitoral de Bolsonaro, foi aprovada no Senado a toque de caixa e em total desrespeito às regras. Ela atropela, entre outras, a lei eleitoral, que proíbe o governante de torrar verbas às vésperas das eleições.

O governo passou 4 anos cortando gastos públicos. Impediu assim o combate à pobreza, fez de tudo para sabotar o Auxílio Emergencial de R\$ 600 no auge da pandemia (só aceitava R\$ 200). Achatou os orçamentos da Saúde e Educação e com seus cortes gerou enorme desemprego e rebaixamento salarial.

Agora – a 3 meses das eleições! – decidiu desrespeitar as leis fiscais (Teto de Gastos, de cuja criação ele mesmo é co-responsável, e Lei de Responsabilidade Fiscal) e gastar R\$ 40 bilhões para comprar votos. A pretexto de combater os efeitos da pandemia (que Bolsonaro se orgulhava de sequer reconhecer que existia e nunca aceitou enfrentá-la), a PEC basicamente garante ajuda direcionada



Oposição na Câmara questiona manobra regimental para votar PEC

(vale-combustível) a caminhoneiros e taxistas, da base bolsonarista.

Concederia também um aumento temporário de R\$ 200 no Auxílio Brasil. Mas, lembremos, Bolsonaro destruiu o Cadastro Único, criado à época do Bolsa Família nos governos petistas e necessário para garantir critérios técnicos e justos na concessão dos benefícios. Por isso, fica evidente que o governo transformará a verba

pública do Auxílio em instrumento de compra de votos na tentativa desesperada de reeleição, dele e dos parlamentares do Centrão, já armados com o também escandaloso Orçamento Secreto de dezenas de bilhões de reais.

Mais grave que isso, a esculhambação com a qual o governo e o Congresso trabalham mostra o desprezo completo pela democracia e pelas regras e inclusive com a própria Constituição.

Eles aprovam uma emenda constitucional após a outra, reincluindo em um dia o que retiraram no outro, para reincluir novamente depois. Tudo ao sabor do casuísmo eleitoral. Na PEC-1, por exemplo, desrespeitaram o regimento interno, votando os 2 turnos simultaneamente!

O problema é que a bancada do PT (e da oposição) no Senado acabou cedendo à pressão e votou a favor da PEC, caindo na armadilha do alegado Auxílio (R\$ 200). Poderia ter rejeitado a PEC e apresentado um outro projeto com verdadeiro Auxílio Emergencial.

Ao desrespeitar escrachadamente regras e normas democráticas sem qualquer resistência da oposição, o governo e o Centrão se sentirão à vontade para aprovar o que quiserem nos dramáticos e perigosos meses seguintes. Inclusive dar o golpe nas próprias eleições? A bancada do PT e da esquerda na Câmara precisa lutar para reverter e denunciar essa manobra inaceitável do bolsonarismo golpista.

Alberto Handfas

A inaceitável intimidação do 7 de setembro

Quem deterá os bolsonaristas?

Numa entrevista ao SBT no dia 7 de junho, Bolsonaro retomou a escalada golpista contra o processo eleitoral a pretexto das urnas eletrônicas. Ele começou a agitar uma intimidação em 7 de setembro no dito Bicentenário da Independência, dizendo que o Exército não aceita outro resultado. "Só Deus me tira de lá", disse ele. E chamou os apoiadores para naquele dia "não apenas ir às ruas (mas) saber o que pretendo fazer em ato contínuo".

Em agosto de 2021, a PEC de voto impresso foi derrotada no Congresso. Naquele 7 de setembro, bolsonaristas ameaçaram invadir os tribunais. Seguiu-se um polêmico "acordo", mediado por Temer. Pouco depois, o então presidente do TSE, Fachin, tomou a estúpida decisão de criar uma Comissão de Transparência

Eleitoral, onde 70 "especialistas" militares se meteram a questionar e ditar soluções.

A armação se completou quando parte das suas "sugestões" não foi aceita, e Bolsonaro voltou ao ataque, com seus filhos, alguns generais e ministros. A intimidação é, concretamente, uma ameaça ao candidato favorito no pleito, Lula.

Há duas atitudes comuns: não falar do assunto para não repercutir o inominável, e/ou acreditar que as instituições impediriam um hipotético golpe. Será?

Na Bahia, no dia 2, Lula afirmou que "o papel das Forças Armadas não é cuidar de urna eletrônica. Quem tem que cuidar de urna eletrônica é a justiça eleitoral, quem tem que fiscalizar é a sociedade civil".

É certo, mas a escalada não parou.

Oficiais-generais falam de um "mega desfile nunca visto" no bicentenário. Os bolsonaristas anunciam uma jornada em 31 de julho. Não se sabe o que o grupo vai fazer, mas a criação do chamado "estado de emergência" a pretexto do preço dos combustíveis, mostra ao que eles estão dispostos.

Pode ser tudo blefe, mas cabe uma interrogação responsável.

Quem vai deter os arreganhos de Bolsonaro "ato contínuo"? Os mal-arrepentidos golpistas do impeachment de Dilma? Os lavajatistas envergonhados? As instituições covardes que seguraram Bolsonaro no cargo há 4 anos? Os militares "patriotas" que sumiram há décadas?

Todo cidadão de qualquer origem que busque soluções nacionais para a crise, tem seu lugar na defesa de eleições limpas.

Mas a força que pode responder de fato à intimidação militar é a força do povo. Só o povo salva o povo!

Alerta: Bolsonaro manobra com seus generais para se manter no poder. No fundo é o mesmo processo que, elegendo Lula contra os golpistas, deverá avançar para o fim da secular tutela militar (artigo 142) sobre a República, através de uma Constituinte Soberana, inclusive para Lula poder governar plenamente.

Muita coisa acontecerá ainda. Mas quanto antes a campanha de Lula Presidente, com as forças de apoio, engrossar uma agenda de mobilização de rua pelas bandeiras mais sentidas do povo, tanto melhor será para derrotar os golpistas. Confiamos muito mais nisso do que em jantares engravatados.

Markus Sokol

Um regabofe indigesto para os trabalhadores

Jantar em homenagem a Gilmar Mendes reúne três poderes

Enquanto Bolsonaro sobe o tom e ameaça o processo eleitoral, com o auxílio de militares, "desafiando" o judiciário, todos juntos, Bolsonaro, juízes, militares e até a oposição jantam para transmitir ares de normalidade institucional.

O presidente da Câmara dos Deputados Arthur Lira (PP-AL) reuniu políticos de diferentes partidos, incluindo o líder do PT na câmara, Reginaldo Lopes (MG), além de deputado do PCdoB, militares e ministros do governo, do Supremo Tribunal Federal (STF), o Procurador-geral da República, o próprio Bolsonaro e seu ex-ministro da Defesa Walter Braga Netto, cotado para ser seu candidato a vice, num jantar na sua residência oficial na noite de quarta-feira, 22 de junho.

Com a participação dos três poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário - o jantar foi organizado em homenagem aos 20 anos de Gilmar Mendes como juiz da Corte.

Neste regabofe, não poderia faltar as orações do Pastor e Ministro terrivelmente evangélico do STF, André Mendonça.

Enquanto o regabofe corria solto na residência do Presidente da Câmara dos Deputados a fome, miséria e o desemprego corroem e detonam o país do Oiapoque ao Chuí, e o programa de suspensão de contratos e corte de jornada e salário atinge principalmente os trabalhadores que recebem até dois salários mínimos, R\$ 2.200.

No momento que os convidados saboreavam bons vinhos franceses, 33 milhões de brasileiros estão passando fome de acordo com a Rede Pensar (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar), com 23 milhões (10,8% da população) vivendo com R\$ 210 ao mês, menos de R\$ 7 ao dia. São 6 em cada 10 brasileiros vivendo com algum grau de insegurança alimentar. Alardeou-se na imprensa que o

jantar preparado para 40 convidados e bancado com o dinheiro dos trabalhadores, teve como objetivo aparar arestas entre os representantes das instituições da República. Só se for para um entendimento que leve a mais maldade contra o povo trabalhador.

Afinal, na sequência do jantar as manobras das instituições contra o povo, Lula e o PT, se multiplicaram.

Só na última semana, Pacheco "abriu" a CPI para apurar o roubo descarado de pastores no MEC, mas manobra para que as investigações ocorram depois das eleições. O Senado tratou de votar a chamada "PEC" do desespero, que ignora as amarras da lei eleitoral, a famigerada Lei de Responsabilidade Fiscal e o Teto de Gastos, criações deste Congresso e dos golpistas deste governo e do anterior, para liberar o vale tudo nas eleições.

A comissão de segurança da câmara decidiu convocar para depor Marcos

Valério, abjeto personagem da Ação Penal 470, onde se estabeleceu a farsa do "mensalão". Valério agora é convocado para dar sustentação a outras duas farsas: um suposto vínculo do PT com o PCC e a enésima tentativa de acusar o PT de envolvimento no assassinato do prefeito petista, Celso Daniel.

Sabe-se lá o que foi combinado neste jantar. Sabe-se lá o que Bolsonaro e Moraes conversaram a portas fechadas. Mas uma coisa é certa: dessa gente nunca vem nada de bom.

Parafraseando Douglas Belchior, durante o ato Constituinte com Lula, no último dia 2 de julho, o Brasil caminha com uma bola amarrada nos pés.

O que não dá pra entender é o que o líder do PT fazia nesta festinha. Será que ainda não está claro que apesar da troca de farpas, as instituições estão todas unidas contra o povo brasileiro?

Oswaldo Martinez D'Andrade



Comício de Lula com milhares na Cinelândia, no Rio, tem atentado à bomba de infiltrado

Cerca de 70 mil pessoas lotaram a cinelândia no Rio de Janeiro, no último dia 7 de julho em comício de Lula, que defendeu a recuperação da Petrobras e criticou a política de preços de combustíveis de Bolsonaro. Lula também defendeu a recriação do ministério da cultura e criticou a violência policial. Durante o ato um infiltrado, que muitos apontaram como bolsonarista, lançou em direção ao palco uma bomba caseira contendo fezes e urina. O provocador tentou fugir, mas acabou detido no local. Apesar de ninguém ter se ferido, é mais um episódio na escalada de violência estimulada pelo presidente Jair Bolsonaro sua política de ódio contra o PT e questionamento da urnas.

"Paro nacional" suspenso no Equador

Reivindicações são parcialmente atendidas com o governo Lasso nas cordas

Em 30 de junho, a poderosa Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (Conaie), dirigida por Leônidas Iza, ao lado da Federação Nacional de Organizações Camponesas, Indígenas e Negras (Fenocin) e do Conselho de Povos e Organizações Indígenas Evangélicos (Feine), assinou um acordo com o governo de Guillermo Lasso interrompendo 18 dias de um levante popular duramente reprimido, inclusive com a decretação de estado de emergência na maior parte do país.

Como na revolta de outubro de 2019, durante o governo de Lenin Moreno, mas agora numa situação social muito pior, pois à política do FMI de fim de subsídios veio somar-se a alta dos preços dos combustíveis e alimentos produto da guerra na Ucrânia.

O banqueiro Guillermo Lasso foi eleito em segundo turno, em abril de 2021, contra André Arauz do partido

do ex-presidente Rafael Correa, beneficiado pela posição abstencionista do terceiro colocado à época, Yaku Perez, do Pachakutik, braço político da Conaie.

Durante o seu primeiro ano de governo, Lasso ignorou a pauta de 10 pontos apresentada pelos indígenas, a maioria camponeses, cujo centro é a redução do preço dos combustíveis em 15%, moratória de dívidas das famílias e melhores preços para produtos agrícolas, mas também destacava a defesa do emprego, direitos trabalhistas e o fim das privatizações.

A luta resultou na redução em 6% no preço dos combustíveis, políticas compensatórias para trabalhadores urbanos e rurais, revisão da política petrolífera e de mineração para dar maior proteção a territórios ancestrais. Uma "mesa de diálogo" tem prazo de 90 dias para a resolução dos pontos pendentes, como, por exemplo, a privatização do sistema

elétrico.

Leônidas Iza, que o governo tentou desconhecer como interlocutor declarou que o acordo traz "medidas para aliviar a situação econômica, de saúde e educação das famílias vulneráveis do campo e da cidade", mas disse ter faltado uma maior união entre os trabalhadores. É a ausência de uma representação política independente que dificulta a construção dessa unidade.

"Morte cruzada"

A amplitude da mobilização levou os 47 deputados do União pela Esperança (UNES), partido do ex-presidente Rafael Correa, a acionarem o mecanismo constitucional chamado de "morte cruzada": numa situação de "grave crise política e comoção interna", o voto de 92 deputados, dos 137 que compõem a Assembléia, dissolve o governo e o próprio parlamento e convoca novas eleições.

Em 28 de junho, dois dias antes da assinatura do acordo, a "morte cruzada" obteve 80 votos, os 47 da UNES, quase todos do Pachakutik e poucos de Izquierda Democrática (social-democrata), não atingindo o mínimo de 92. Mas, essa votação expressa, pela primeira vez, uma ampla maioria oposicionista a Lasso. Ao mesmo tempo, está em curso uma iniciativa popular, também prevista na Constituição, para obter dois milhões de assinaturas de eleitores para um referendo revogatório do atual governo.

Assim, o acordo que suspendeu o "paro nacional" é um respiro temporário para Lasso, cujo governo registrou a renúncia de quatro ministros e está sob pressão. Em 90 dias a mobilização poderá ser retomada enquanto, nas ruas, ganha corpo o "Fora Lasso".

Edison Cardoni

Peru: governo Castillo é uma nau sem rumo

A saída só pode vir com uma Assembleia Constituinte agora e já!

Pedro Castillo segue sem norte político e sem plano de governo que dê solução às demandas dos trabalhadores, camponeses e regiões do país.

Em 27 e 28 de junho, por decisão da Assembleia Nacional dos Povos (ANP), na qual está a central sindical CGTP ao lado de outras organizações, realizou-se um "Paro Nacional" (paralisação) com mobilizações nas capitais regionais e em Lima, onde uma marcha dirigiu-se ao Congresso pedindo o seu fechamento ao coro de "Urgente, urgente, Assembleia Constituinte!".

Os camponeses reclamam fertilizantes, os transportadores a queda dos preços dos combustíveis, os 320 mil contratados para o setor público exigem nomeação imediata e os sindicatos solução às suas pautas de

reivindicações.

Crise aguda das instituições

Por cima é a crise institucional que se aprofunda. O Congresso, de maioria direita, derrubou o 5º ministro do Interior, com votos "cúmplices" de parlamentares de Peru Livre (PL), partido pelo qual Castillo se elegeu. O chefe do PL, Cerrón, pediu a saída do presidente do partido e Castillo respondeu com uma carta pública de renúncia! Em meio a essa confusão, de onde pode vir uma saída?

Em Chiclayo, uma Assembleia Macro Regional com 300 delegados de organizações sindicais e populares do norte do país, em 23 de junho, decidiu por um Encontro Nacional Unitário pela "Assembleia Constituinte Agora!". Dirigentes da ANP e CGTP anunciaram em 23 de julho a



Assembleia Macro Regional pela Constituinte

Assembleia Macro Regional Sul em Arequipa e em meados de agosto a do Centro em Huancayo, todas devendo confluir para o Encontro Nacional.

Uma pesquisa indica que 78% das pessoas é a favor de mudanças na

Constituição, uma forma distorcida de dizer que amadurece a ritmo acelerado a necessidade de convocação de uma Assembleia Constituinte no Peru. Agora!

Erwin Salazar, desde Chiclayo, 6 de julho

Elie Domota absolvido!

Uma derrota para o poder colonial francês

Em 29 de junho, a mobilização de organizações sindicais e populares de Guadalupe, departamento ultramarino francês nas Antilhas, apoiada na solidariedade internacional, obteve uma vitória com a completa absolvição do sindicalista Elie Domota, liderança do movimento que

há 11 meses sacode a colônia francesa, das acusações fabricadas contra ele para intimidar a luta de todo o povo guadalupense.

Essa vitória diante do Estado colonial francês não deve diminuir a atenção a outros atropelos cometidos contra militantes em Guadalupe, onde o

tribunal correcional acaba de condenar a três meses de prisão Gaby Clavier, dirigente do sindicato dos trabalhadores da Saúde UTS que recorre dessa decisão, filiado à UGTG, central sindical da qual Domota foi secretário geral.

São mais de 200 processos judiciais contra lideranças e mais de mil

trabalhadores da Saúde que foram suspensos sem salários desde novembro passado, em função de sua participação nas mobilizações. Assim, a vitória que foi a absolvição de Domota reforça a exigência dirigida às autoridades francesas: Tirem as mãos do povo de Guadalupe!

Governo espanhol massacra imigrantes

Mortos e feridos em Melilla, enclave colonial espanhol no Marrocos

“As imagens são assustadoras. Dezenas de imigrantes feridos, e entre 18 e 46 mortos, segundo fontes, numa tentativa desesperada de milhares de imigrantes, fugindo da fome, da miséria e da guerra, de atravessar a cerca criminosa de Melilla.” Denuncia uma resolução aprovada no encontro de trabalhadores europeus contra a guerra, a Otan e a exploração (ver página 12).

Localizado no norte da África, Melilla é uma cidade autônoma da Espanha na fronteira com o Marrocos, cercada para impedir a entrada de imigrantes africanos na União Europeia.

Há alguns dias as polícias espanhola e marroquina protagonizaram este massacre, sob os aplausos e elogios do governo de “esquerda” de Pedro Sanchez, do Partido Operário Socialista Espanhol.

Sanchez definiu a ação como um “ataque violento, bem organizado e bem resolvido pelas duas forças de

segurança.”

O presidente de Melilla, Eduardo de Castro, declarou que a Otan deve envolver-se na defesa de Melilla e Ceuta (outra cidade autônoma espanhola localizada na fronteira com Marrocos). Como que ecoando suas palavras, o secretário-geral da Otan, Jens Stoltenberg, declarou, em relação a Ceuta e Melilla, que estava “absolutamente convencido de que os aliados da Otan estarão do lado da Espanha se ela enfrentar ameaças e desafios”. E o governo espanhol pediu, antes da cúpula da Otan, maior envolvimento desse aparato militar no norte da África. Tudo isso vindo dos mesmos que hipocritamente fazem campanha para que as pessoas recebam livremente imigrantes ucranianos, enquanto apóiam a guerra.

A imprensa recolhe depoimentos dos guardas civis de Melilla, que se queixam de que “só nos deixam usar gás lacrimogêneo e com isso



Manifestação contra o massacre de imigrantes na Espanha

não podemos detê-los”. O secretário-geral do pseudo-sindicato que é maioria na Guarda Civil, Ernesto Vilariño, afirmou que “o pessoal da guarda civil é escasso, solicitamos mais uma vez a intervenção de Unidades do Exército”.

“Esses fatos nos enojam”, afirma com razão a resolução do encontro de trabalhadores europeus contra a Otan. “Exigimos o acolhimento gratuito de todos os imigrantes, o fim da

pilhagem da África pelas multinacionais, o reconhecimento de todos os direitos dos trabalhadores imigrantes que vivem na Espanha, incluindo os milhões de trabalhadores marroquinos, a demolição das cercas da infâmia de Ceuta e Melilla e o regresso a Marrocos de todos os enclaves coloniais. E justiça para as vítimas do massacre de Melilla!”

Correspondente

Sindicato inédito é formado nos EUA

Depois da Amazon e da Starbucks, foi a vez dos trabalhadores da Apple

Em Maryland, nos EUA, os funcionários da loja de eletrônicos Apple Store, acabam de votar pela formação de um sindicato, apesar das dificuldades impostas pela lei norte americana e da pressão patronal.

Um sindicato nos Estados Unidos só pode negociar com o empregador se representar a maioria dos empregados do local. Para que essa maioria seja reconhecida, deve recolher as assinaturas de pelo menos um terço dos empregados, após o que se organiza um escrutínio secreto no qual deve obter a maioria dos votos.

Durante o período que antecede a votação, o empregador tem a oportunidade de pressionar os empregados, coletiva e individualmente, para que votem contra o sindicato, e não hesita em fazê-lo.

Este sistema significa que alguns setores são historicamente muito sindicalizados como indústria, transporte e educação, enquanto outros não têm sindicatos.

No caso desta Apple Store, os gerentes convocaram os funcionários individualmente para lhes explicar que não eram obrigados a se sindicalizar e contrataram um advogado para dissuadi-los de formar um sindicato. Ao final, 65 votaram a favor e 33 contra.

Esta votação segue a de funcionários de vários cafés da rede Starbucks, bem como funcionários do principal armazém da Amazon em Nova York, duas empresas em que não havia sindicatos. Agora, ativistas estão formando novos sindicatos em vários armazéns da Amazon e mais

de 150 dos 9.000 cafés da Starbucks se sindicalizaram desde o primeiro em dezembro de 2021. Outras 100 votações são esperadas.

O procedimento também está sendo realizado em outras três Apple Stores e funcionários do Google também criaram um sindicato há dois anos, que ainda não é reconhecido.

Um movimento de milhares de trabalhadores

Não é um movimento organizado de cima: alguns desses sindicatos são filiados à grande central sindical AFL CIO, outros ao sindicato “SEIU”, e finalmente, outros são independentes.

É o movimento de milhares de trabalhadores de setores não sindicalizados que buscam se unir para defender suas condições de trabalho.

Ainda não há uma onda de organização sindical, mas pesquisas indicam que a maioria dos trabalhadores nos EUA gostaria de ver sindicatos mais fortes em seus locais de trabalho (...).

A economia dos EUA parece à beira do colapso, com a inflação estrangulando os trabalhadores um pouco mais a cada dia, mas há uma busca de organização, no terreno da luta de classes, para defender as condições de vida dos trabalhadores, ameaçados pela inflação e pelo risco de colapso econômico. Isso é encarnado por esses votos cada vez mais numerosos para a formação de sindicatos.

Devan Sohier
(trechos publicados originalmente em Information Ouvrières n° 711)

Greve de ferroviários na Inglaterra

“O espectro de uma greve geral paira sobre o Reino Unido”

Nos dias 21, 23 e 25 de junho os trabalhadores ferroviários realizaram uma poderosa greve no Reino Unido. A categoria votou em massa em favor da greve, anunciada há 15 dias. A mobilização foi considerada a maior da categoria em 30 anos. O metrô de Londres também parou no dia 21 de junho em mobilização convocada pelo sindicato RMT.

Michael Lynch, secretário do

sindicato dos transportes da RMT, que organizou a greve ferroviária, disse: “A participação nos piquetes hoje foi fantástica e superou as expectativas. Lutamos pela segurança no trabalho, a defesa das condições de trabalho e um aumento salarial digno. Nossos membros vão continuar o movimento. Eles demonstraram uma unidade excepcional na busca de uma solução para esta

disputa.” Também estão previstas mobilizações por aumento de salários nos serviços de educação, correio e saúde nas próximas semanas.

Boris Johnson, primeiro-ministro da Inglaterra, anunciou na semana passada que alteraria a lei do país para exigir que as empresas operadoras das ferrovias sejam obrigadas a fornecer um mínimo de trens funcionando, podendo usar inclusive

trabalhadores temporários em caso de greve.

“O espectro de uma greve geral paira sobre o Reino Unido”, escreveu em 21 de junho um jornal francês prevendo a possibilidade da mobilização se alastrar por outras categorias descontentes com a perda do poder aquisitivo de seus salários.

Correspondente

Militantes europeus contra a guerra

Encontro realizado em Madri, às vésperas da cúpula da Otan, agrupou 98 delegados

“Estamos reunidos em Madri, neste dia 25 de junho, para agir contra a guerra, contra todos aqueles que a organizam e lucram com ela. Nos dias 29 e 30 de junho, o presidente Biden presidirá a cúpula da Otan em Madri, sediada pelo governo espanhol e com a presença do rei da Espanha, dos chefes de Estado e chefes militares dos países da Otan. O objetivo dessa cúpula é adicionar guerra à guerra”.

Assim começa o apelo adotado ao final da reunião de delegados de Alemanha, Grécia, Bélgica, Romênia, Portugal e França (apoiada por mensagens da Suíça, Áustria, Itália, Irlanda, Dinamarca e Moldávia). Esse encontro, realizado a convite de militantes de diversas regiões do Estado espanhol em torno do Comitê pela Aliança dos Trabalhadores e dos Povos (CATP), seguiu-se a uma conferência de emergência contra a guerra, realizada em 9 de abril, por videoconferência, a convite do Partido Operário Independente (POI) da França e da Nova Corrente de

Esquerda (NAR) da Grécia.

O encontro permitiu discutir, para além das fronteiras, uma caracterização do que é realmente a política da Otan: a guerra e a miséria.

No site oficial da Otan, foi anunciado em 27 de junho: “Os chefes de Estado e de governo concordarão em reforçar a dissuasão e a defesa (...). Eles aprovarão o conceito estratégico de 2022, que será o roteiro da Aliança para os próximos anos. Os aliados (...) aumentarão o avanço tecnológico da Otan – tudo por meio do investimento necessário em nossa defesa coletiva”.

Em outras palavras, as decisões exigidas por Joe Biden dos 30 países da Otan já estavam escritas. Biden não se importa com a soberania das nações, com as decisões dos governos e dos parlamentos.

Comitê de ligação

Os 30 Estados são convocados a aprovar o “conceito estratégico de 2022”, que prepara o confronto com a China. Biden exige orçamentos



Manifestação contra a guerra e a Otan em Madrid, 26 de junho

cada vez maiores para a guerra em todos os países. No mesmo dia 27 de junho, o secretário-geral da Otan, Jens Stoltenberg, declarou que os 2% do PIB a serem alcançados em cada país para o orçamento da defesa “não são um teto, mas um piso” (“Le Monde”, 28/6). O jornal francês observa que esses movimentos de poder do governo dos EUA provocam contradições e “fricções” no interior dos diferentes países da Otan.

Em 25 de junho, em Madri, o encontro europeu contra a guerra reuniu 98 militantes, os quais, vindos de

experiências muito diferentes, concordaram que: é responsabilidade do movimento operário agir contra a guerra, contra os orçamentos e as políticas de guerra, contra os cortes nos orçamentos de outros setores; irão ajudar a construir amplos movimentos ou agrupamentos em cada país pela ruptura com os governos que fomentam a guerra e a miséria.

Os 98 militantes reunidos formaram um comitê de ligação para a continuação dessas lutas.

Correspondente

Guerra amplia crise econômica na Rússia

Poder de compra dos trabalhadores caiu e milhões estão com atividades paralisadas

A crise econômica que se inicia na Rússia será comparável, em gravidade, aos choques da década de 1990, admitiu o Banco Central da Rússia em relatório de política monetária que acaba de publicar. “A crise de 2022 é um dos maiores desafios aos quais a economia russa está confrontada desde os anos 1990”, declararam os analistas do Banco da Rússia.

Na primeira semana depois da invasão militar da Ucrânia ordenada por Vladimir Putin, os preços dos gêneros alimentícios dispararam. Em seguida, vieram as consequências das sanções econômicas decididas pelos países europeus.

Depois das sanções, a Rússia parou de importar bens de consumo corrente – eletrônicos, brinquedos e produtos de higiene. Não se pode

dizer, entretanto, que as prateleiras das lojas estejam vazias. Após quatro meses de sanções, ainda há marcas europeias à venda. Por quê? A primeira resposta é que ainda existem mercadorias em estoque. A segunda é que o poder de compra dos russos caiu, em razão da alta do desemprego no país.

“Desemprego escondido”

A taxa de desemprego oficial do país é de 4%, o que não é elevado. Observa-se, no entanto, um crescimento do “desemprego escondido”, que consiste em uma interrupção da atividade dos trabalhadores. O emprego é conservado, mas a pessoa não trabalha realmente.

A revista digital russa “Tinkoff” estima que a taxa de desemprego na

Rússia poderá atingir de 7,1% a 7,8% até o fim de 2022. Em razão do desenvolvimento econômico desigual das regiões russas, essas taxas variam muito de um local para outro do país e, de acordo com os analistas, poderia chegar a 28% no Cáucaso.

Massas de trabalhadores estão sem emprego em virtude da retirada das empresas estrangeiras do país. Outros milhões estão em parada forçada. É o caso dos setores automobilísticos, de impressão e da madeira, em razão da falta de componentes e de produtos intermediários ou do cancelamento de encomendas na Europa.

Em outros termos, o pior ainda está por vir para os trabalhadores da Rússia, e eles não têm o apoio de suas organizações e sindicatos. Os “sindicatos” que existem desde a época

de Stálin não passam de um laço em torno do pescoço do proletariado, criados para conter o movimento operário nos anos 1930. São organizados segundo o princípio da adesão obrigatória e desempenham o papel de promotores de atividades de lazer.

As sanções econômicas contra Putin e as reações aprovadas pelo governo de Moscou rompem os laços econômicos e culturais com o mundo, principalmente com a Europa. A solução, como há um século, não é nova. Não se trata de cortar os laços, mas de criar e desenvolver laços entre os trabalhadores do mundo, quebrando as velhas cadeias das fronteiras e das guerras.

Correspondente russo do jornal francês “Informações Operárias”

Colabore com a luta da classe trabalhadora

ASSINE O TRABALHO
44 anos a serviço dos trabalhadores

assinatura mensal
R\$ 10/mês

assinatura semestral
R\$ 60/semestre

assinatura anual
R\$ 120/ano

assinatura solidária
R\$ 150/ano

